

Ata do Copom deve detalhar incertezas



Alex Ribeiro

Ata da reunião da semana passada do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, que será divulgada amanhã, deverá trazer mais informações sobre as incertezas do cenário doméstico e internacional que levaram a um encurtamento da sinalização futura dos juros.

O colegiado baixou os juros de 11,25% ao ano para 10,75% ao ano e indicou uma nova redução de 0,5 ponto percentual para o seu próximo encontro, marcado para maio. Até então, o colegiado vinha indicando baixas de juros para as duas reuniões seguintes.

A justificativa do Banco Central é que as incertezas aumentaram e, portanto, seria contraproducente seguir fazendo uma indicação para os juros para a um prazo tão longo, já que atualmente são maiores as chances de o cenário previsto para o futuro não se confirmar.

Pela reação dos juros futuros, o mercado financeiro acha que a situação inflacionária piorou. As apostas para o corte dos juros dentro de duas reuniões, em junho, pendem um pouco mais para o lado de um movimento de 0,25 ponto

percentual. A taxa terminal chegou a ser precificada em 9,75% ao ano no dia seguinte à reunião do Copom, ou 9,5%, caso se desconte o prêmio.

No comunicado divulgado na semana passada, o Copom fez um grande esforço para mostrar que o encurtamento da sinalização não significava uma mudança no cenário-base e, portanto, na trajetória de baixa de juros que ele enseja.

O Copom manteve a projeção de inflação para 2025, a qual estará no centro da estratégia de baixa de juros, em 3,2%. Está acima da meta, de 3%, o que significa que os juros não podem cair aos 9% ao ano previsto pelo mercado. Mas o que importa é que, na visão do comitê, o cenário-base não mudou substancialmente entre as reuniões de janeiro e março.

Salta aos olhos que o Copom manteve a sua projeção de inflação em 3,2% a despeito de ter revisado para cima, de 3,8% para 3,9%, a sua estimativa para a variação dos preços administrados. Isso quer dizer que, entre as suas reuniões de janeiro e março, o Copom revisou para baixo a sua estimativa para a inflação dos preços livres. Deve-se lembrar, que, nas últimas semanas,

surgiram sinais de crescimento mais forte da atividade. O nível de ociosidade dos fatores de produção deve ter caído, o que, em tese, deveria pressionar a inflação de preços livres.

Alguns analistas econômicos acreditam que o Copom manteve a sua projeção de inflação estável, apesar das forças que atuariam para elevá-la, para dar o recado de que não foi uma eventual piora no seu cenário-base que o levou a modificar a sinalização futura para a taxa de juros.

Também pode ser que outros preços livres sem relação tão direta com o grau de ociosidade da economia contribuíram para manter estável a projeção de inflação para 2025. O Copom costuma dar informações mais detalhadas sobre o que mexeu com as suas projeções no Relatório Trimestral de Inflação, que será divulgado na quinta-feira.

Amanhã, sai a ata do Copom, com informações sobre os debates que os membros do colegiado fizeram sobre os fatores que estão destacados no balanço de riscos para a inflação. O que todo mundo estará de olho é no detalhamento das incertezas identificadas pelo comitê.

Uma parte dos analistas econômicos discorda da leitura do Copom de que houve um aumento na incerteza internacional entre as reuniões de janeiro e março. Eles lembram que, na semana passada, o Federal Reserve (Fed) emitiu uma mensagem mais positiva do que o esperado, quando seus membros mantiveram a previsão de três cortes nos juros neste ano. OBC da Suíça cortou os juros em seguida, de forma inesperada, e o Banco da Inglaterra informou que está na "direção certa" para redução da sua taxa básica.

Alguns lembram que o Fed poderá cortar o juros em junho, uma semana antes de o Copom decidir se segue baixando a meta para a taxa Selic em 0,5 ponto ou se desacelera a 0,25 ponto.

Será importante o BC esclarecer esse aumento da incerteza externa para que não ganhe corpo a crença entre os analistas econômicos de que, na verdade, essa seria uma cortina de fumaça para não revelar uma suposta preocupação com o tema politicamente sensível das surpresas na atividade econômica e aquecimento do mercado de trabalho.

O Valor conversou com alguns analistas econômicos que afirmam que a ata para o

PIB, que vem sendo reestimada para cima e já se encontra em 1,8% no boletim Focus, se aproxima do crescimento potencial, que o questionário pré-Copom de dezembro estimava em 1,9%.

O Copom está fazendo uma leitura mais cuidadosa da interação entre o grau de aquecimento da economia e a inflação. No ano passado, quando a inflação de serviços caiu de forma acentuada, o BC não embarcou na tese de que ganhos de produtividade permitiam à economia crescer mais sem pressionar a inflação. Mais recentemente, quando a inflação de serviços surpreendeu para cima, o BC tem tido certa paciência em ler dados antes de uma conclusão.

Em janeiro, o Copom disse que "segurará atento à dinâmica dos rendimentos nas diversas pesquisas para melhor avaliar o grau de ociosidade no mercado de trabalho e seus potenciais impactos sobre a inflação de serviços". Espera-se que, na ata, o Copom dê mais detalhes do que viu desde então para concluir que a incerteza aumentou.

Alex Ribeiro é repórter especial e escreve quinzenalmente. E-mail: alexribeiro@valor.com.br

Infraestrutura Inclusão de um terminal a mais nos planos da ferrovia que vai de Mato Grosso ao Pará é novo ponto de discussão

Projeto da Ferrogrão ainda preocupa ambientalistas

Rafael Bitencourt
De Brasília

A Ferrogrão, projeto de ferrovia com extensão de 933 quilômetros entre Sinop (MT) e Itaipuaçu (PA), ainda conta com resistência de grupos ambientalistas engajados na preservação de áreas de proteção e povos tradicionais das bacias do Xingu e do Tapajós. O mais recente ponto de embate gira em torno da retomada da proposta de incluir um terminal de transbordo no trajeto, localizado em Matupá (MT).

O acréscimo do terminal de logística a pouco mais de 200 quilômetros de Sinop foi cogitado na discussão sobre o desenho original. Seria um ponto a mais de embarque de cargas nos vagões dos futuros trens. A ideia foi abandonada, pelo menos no discurso, por quem defendia o projeto, para fortalecer o conceito de construir um "corredor verde" no meio da Amazônia,

com o argumento de oferecer baixo impacto ambiental devido à ausência de paradas na extensão da ferrovia.

Logo no primeiro ano de gestão, o governo Lula 3 conseguiu retomar os estudos ao pacificar uma questão jurídica que se arrastava nos últimos anos no Supremo Tribunal Federal (STF). O problema envolvia a forma como havia sido alterada a demarcação do Parque Nacional do Jamanxim, no Pará, para acomodar o megaprojeto ferroviário.

Prevedo a resistência ao projeto, o Ministério dos Transportes criou um grupo de trabalho com representações do governo e de entidades envolvidas na discussão para construir consenso em torno do projeto. Em reunião no último dia 7 de fevereiro, integrantes do Instituto Socioambiental (ISA) foram surpreendidos com a inclusão de um terminal a mais na ferrovia.

"Por muito tempo, a gente questionou ao governo se existi-

ria ou não estações intermediárias, porque sempre foi entendido que seria um projeto que não teria. Esse é um dado muito importante para o dimensionamento dos impactos", disse Mariel Nakane, que é assessora técnica e economista do ISA.

Integrantes do instituto já haviam identificado referências ao terminal nos estudos econômicos da Ferrogrão, enviados ao Tribunal de Contas da União (TCU), relacionados à demanda por cargas. Chamava a atenção o fato da parada de trem em Matupá não ser mencionada nas análises de viabilidade ambiental.

Nakane explica que o terminal ferroviário traria o impacto socioeconômico da intensa movimentação de carga para áreas mais próximas das florestas, no entroncamento com a rodovia estadual MT-322 (antiga BR-080). Ela explica que os povos tradicionais da região sofreram décadas atrás na construção da BR-163, de Cuiabá (MT) a

Santarém (PA).

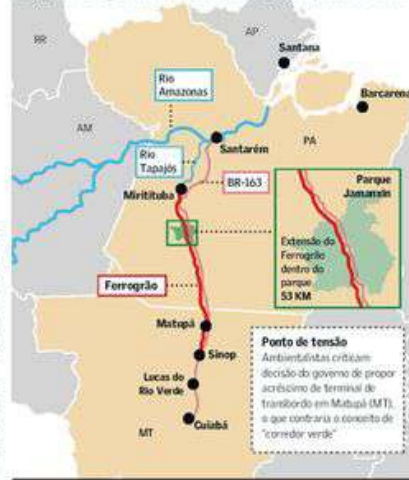
O exemplo mais emblemático, conta Nakane, foi a retirada de cerca de 80% do povo Panará do seu território, na década de 70, para a construção da rodovia, no que seria o primeiro contato dessa comunidade indígena com outras civilizações. Só nos anos 90, eles conseguiram retornar para a região de origem.

Orçada em mais de R\$ 20 bilhões, a Ferrogrão é defendida por empresários do agronegócio do Estado de Mato Grosso, que enxergam a oportunidade de derrubar o preço do frete ao fazer chegar a carga de grãos aos portos da região Norte.

Procurado, o Ministério dos Transportes disse que o projeto está na fase de receber contribuições da sociedade civil, especialistas e entidades interessadas no empreendimento e que a inclusão da estação intermediária encontra-se em análise preliminar dos aspectos socioambientais.

Trilhos ao norte

Projeto da Ferrogrão oferece rota escoamento pelos portos do Norte



Ficha técnica	Soja e milho	-30%
R\$ 21,5 bilhões é investimento estimado	são as principais cargas	é impacto no custo logístico
933,2 KM é a extensão total da ferrovia	58 milhões de ton/ano é a capacidade de transporte	1 milhão de ton/ano é redução de emissões per ano

Fonte: ANTT

Falta de remédio para Hanseníase eleva críticas a Ministério da Saúde

Folhapress, de Brasília

O Ministério da Saúde vem enfrentando um cenário de escassez de medicamentos para hanseníase. Como resultado, pacientes de todo o país com a doença não conseguem iniciar ou acabam interrompendo o tratamento em todo o país.

Segundo documento do ministério, os medicamentos usados no tratamento de primeira linha da hanseníase (poliquimioterapia e clofazimina) são doados pela OMS (Organização Mundial de Saúde) e ainda não foram recebidos.

O ministério afirmou em nota à reportagem que a OMS afirmou

que houve atraso por problemas de produção e pelos problemas logísticos no transporte marítimo na região do Oriente Médio. A previsão é receber os produtos ainda em março.

No entanto, o Ministério da Saúde reconhece no documento que, em relação à clofazimina, as quantidades recebidas no ano de 2023 já não eram adequadas para suprir a demanda da rede por causa do aumento do consumo.

Entidades apontam que a distribuição irregular dos medicamentos já é observada desde o início da pandemia da covid-19 e que a pasta não elaborou nenhum plano alternativo efetivo

para lidar com o problema.

Em resposta à escassez, o ministério sugere no documento e em nota enviada à reportagem o uso de medicamento de segunda linha, conhecido como ROM (Rifampicina + Ofloxacino + Minociclina), em dose única mensal. Segundo a pasta, há respaldo científico para isso.

Mais especialistas apontam que

os medicamentos de segunda linha oferecidos para suprir momentaneamente a situação não são eficazes para todos os tipos da doença. Além disso, afirmam que esses produtos também estão em falta em algumas regiões.

Francisco Faustino Pinto, coordenador nacional do Morhan (Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase), disse que só há estudo científico de eficácia para a forma indeterminada da doença, não servindo para os outros tipos.

"Apesar do discurso de posse da ministra Nísia [Trindade, da Saúde], que promete destaque e abordagem transversal da han-

seníase, observamos reduções orçamentárias e uma falta de avanço nesse sentido", disse.

Para Marco Andrey Cipriani Frade, presidente da Sociedade Brasileira de Hansenologia, o Ministério da Saúde tem adotado abordagens "similistas e irresponsáveis", como a proposta do esquema ROM mensal, sem respaldo científico, além da mera escassez de medicamentos.

"Não tem havido esforços eficazes para assegurar a soberania do Brasil na produção ou aquisição desses e de outros fármacos essenciais para o tratamento da hanseníase", afirmou Frade. Os representantes das entida-

des acrescentam ainda que há um desconhecimento da pasta sobre a realidade local das unidades de saúde porque muitas não possuem também os medicamentos de segunda linha.

Segundo dados do painel de hanseníase do Ministério da Saúde, houve 19.129 novos casos da doença de janeiro a novembro de 2023, aumento de 4,8% ante igual período do ano anterior.

Em nota, o Ministério da Saúde diz que tem tomado medidas para evitar novos desabastecimentos. Entre elas, promoção de audiências públicas para verificar a possibilidade de produção nacional do medicamento de primeira linha.

4,8%
alta de novos casos da doença em 2023

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

ACP Bioenergia B12
Aero B8
Agro C6
AGR Consórcios B8
Amaggi B12
AMD A15
André Industries A18
Aplo B9
Arco B4
AIM A15
Azevê B12
Aerlin B8
AZ Quest CL C7
Adnet C7

BAE Systems A18
Banco do Brasil C1
Bardix C1
BNV Melius C8
Bocchini B8
BP Bunge Bce B12
Brasul B4
Brasul C6
Brasul BBI B6
Bunuel Partners C6
BTG Pactual B4, C6
Caixa CL C6
Corradini B12
Conson Bantua B4

Cinco B11
Citi BB, CL, C10
Confiance C6
Grupo Carlos Lyra B12
CPB Brasil B10
Cury B8
Cynia B8
Derecional B8
DLR B2
Eldorado B4
Epic Games B9
EQE Asset C1
Ertic B8
General Dynamics A18

Go! B11
Gauka Consulting B8
Grupo Botafogo B2
Grupo Carlos Lyra B12
Guy B2
Havista C6
Hidrovia do Brasil B1
Heaven A15
IBM B2
Index B4
Intel A15
Inzer B2
Itabá Investimentos C6
Itau B11

J&F Investimentos B4
J.P. Morgan C4
Jive Investments C6
Julius Bae C6
Kantar B8
Klein B4
L'Oréal B8
L'Heron A18
Ligga B4
Index B4
MAG Investimentos C6
MasterCard B1
Mercado Livre B9, C6
Mercado Pago C6

Mets B9
Microsoft A15, B9
Mirem Robotics A18
Monopol Argon C6
MNV B8
Neta B2
Natura B8
Nobrega B11
Nike B11
Nikon C6
NPD B8
O B4
On B10

Orato C6
Pagge Meno B11
Paper Excellence B4
Petrobras A7
Phytium A15
PisoniFlow B8
Prospecta Public Affairs A7
Rater A18
RGE B4
Rappi C4
Razcorp C7
Rato B4
Russell Reynolds B2

Santander B12, C1
Smurfit Kappa B4
SPX Capital C6
Stábia Reservoir Department C7
SuAmérica B2
Suno C6
Suno Research C4
Suzano B4
TCL Serre B11
Tillicordia B2, B4
Tmas Capital C6

Tenda B8
TIM Brasil B4
Tobexia C4
True Generation B12
Ultrapar B1
Vital B4
Vivo B11
Western Asset C6
Westlock B4
X B9
XP B12